

**Resposta 05/09/2022 14:20:47**

QUESTIONAMENTO 01: Dentre os documentos disponibilizados, não há planilha orçamentária. Sem ela, como podemos saber o que deve ser executado? Depois podem surgir divergências do que o contratado julga ser o ideal e do que o contratante quer. Peço verificar por favor, até porque, de acordo com a lei 8666 seção III art 7 – 2º é obrigatório. RESPOSTA 01: Após análise da fundamentação apresentada e dos autos do processo, realizados pela área técnica juntamente com esta Coordenadoria de licitações, seguem abaixo as justificativas: De acordo com a área técnica: "São partes integrantes do edital, os projetos (desenhos), memorial descritivo, termo de referência, minuta de contrato. Todos estes documentos fornecem exatamente o que precisa ser executado de forma bastante clara. A planilha orçamentária não é base de informação técnica de execução de projeto." Impende lembrar que no momento da análise do edital desta licitação, conforme parágrafo único do art.38 da Lei 8666/93 não houve manifestação ou apontamento da Assessoria Jurídica deste E. Tribunal a respeito deste art. 7º § 2. Por fim, conforme orientação Zênite, temos: " Ainda, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao indicar a necessidade de apresentação de planilha "sempre que possível", parece já ter reconhecido que algumas circunstâncias não admitem a identificação de custos unitários incidentes na execução de determinados objetos. Vejamos: 9.4.1. elaborar orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e de preços unitários quando do lançamento das licitações, a fim de balizar o julgamento das propostas com os preços vigentes no mercado e de possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa, de acordo com o art. 2º do Regulamento de Licitações da entidade, somente dispensando-a, motivadamente, naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário tal detalhamento; (TCU, Acórdão nº 1.750/2014, Plenário.) Portanto, a regra geral impõe à Administração o dever de detalhar, com o maior grau possível, a composição dos serviços que contratará junto a particulares, descrevendo seus componentes e insumos unitários e, a partir deles, definir proporcionalmente o valor total do encargo. Essa regra, todavia, não pode ser vista de forma absoluta, mas conforme regras e preceitos que regulamentam o mercado. Então, se há serviços/soluções que são ofertados sem considerar os custos das unidades que compõem o serviço, essa obrigação não persistirá. (fonte: <https://zenite.blog.br/em-quais-contratacoes-e-exigivel-a-apresentacao-de-planilha-detalhada-de-composicao-de-custos/>)"